



O COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO E POPULAR: ELEMENTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS

THE SOLIDARY AND POPULAR COOPERATIVISM: HISTORICAL-CONCEPTUAL ELEMENTS

Juraildes Barreira Nunes 1

Maria Conceição Sarmento Padial Machado 2

Mário Henrique Fernandes de Assis 3

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa teórica sobre a gênese do cooperativismo como estratégia de produção e reprodução da vida em sociedade desde as formas de produção do período de transição do feudalismo para o capitalismo, o desenvolvimento do sistema capitalista e a luta da classe operária, com as questões históricas que estão presentes na sociabilidade humana até a atualidade. Estudos apontam que a cooperação e subsídio de ajuda mútua para a sobrevivência e desenvolvimento da espécie humana são características imprescindíveis para o aprimoramento dessa sociabilidade. O objetivo deste artigo é expor a análise e o entendimento do conteúdo mais específico sobre o cooperativismo solidário com organização teórica, com subsídios a pesquisa bibliográfica, a partir dos elementos conceituais, permite uma apresentação e debate histórico sobre o conteúdo do estudo.

Palavra-chave: Cooperativismo. Economia Solidária. Organização dos Trabalhadores.

Abstract: This article is the result of a theoretical research over the genesis of cooperativism as a production and reproduction of life strategy in society since the production forms of the transition period of feudalism to capitalism, the development of the capitalist system and the struggle of the working class, with historical questions that are present in human sociability even nowadays. Studies point out that the cooperation and subsidy of mutual help for the survival and development of the human species are vital characteristics to the improvement of this sociability. The objective of this article is to expose the analysis and the understanding of the more specific content over solidary cooperativism with theoretical organization, with subsidies to the bibliographic research, from conceptual elements, allows a presentation and historical debate over the study content.

Keywords: Cooperativism. Solidary Economy. Workers' Organization.

-
- 1 Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC - GO) e Doutoranda em Política Social Universidade de Brasília (UnB). Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9248424183071083>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6687-4331>. E-mail: juraildes.bn@unitins.br
 - 2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do Curso de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Serviço Social da Universidade Católica de Goiás (PUC - GO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6444580196034819>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1639-9581>. E-mail: mcpadial@gmail.com
 - 3 Graduação em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Analista do Seguro Social do Instituto Nacional do Seguro Social e acadêmico do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9066123082244298>. E-mail: mhmario1980@gmail.com



Desenvolvimento do sistema capitalista

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo, em decorrência da ascensão da burguesia no sistema de produção, foi um período marcado por grandes mudanças e, até mesmo, transformações sociais, políticas e econômicas, que se concretizaram com a revolução urbana, industrial e Revolução Francesa. Esse processo consolidou a crescente concentração de renda para os burgueses, e não para a nobreza. Marx e Engels (1848) escreveram sobre o aumento da centralização da riqueza, propriedade privada e a exploração dos trabalhadores, que se encontravam em condições precárias.

Com o desenvolvimento da maquinaria, a população empobrecida migrou para as cidades, em busca de trabalho e renda. Com o contingente excessivo de mão de obra disponível, um grande contingente de pessoas fica desempregado, ocasionando o exército industrial de reserva, o que representava a crescente realidade das populações vivendo em condições ínfimas.

Essa situação de desemprego é inerente ao sistema em formação, pois possibilita aos donos dos meios de produção explorar a classe operária – ainda em formação – com longas jornadas de trabalho e baixos salários. Aliado a isso e em decorrência dos colapsos ocasionados pela mudança no sistema, surgiram as crises devastadoras.

A intensificação da crise no campo, as revoltas dos camponeses¹ e o alastramento da peste negra² fizeram com que os senhores feudais e burgueses, buscassem estratégias de desenvolvimento e bases econômicas, para se manterem no poder.

Ao lado do antagonismo entre a nobreza feudal e a burguesia, mantinha-se o antagonismo geral entre os exploradores e os explorados, entre os ricos ociosos e os pobres, criadores da riqueza. E foi precisamente esse fato que permitiu aos representantes da burguesia apresentarem-se como representantes, não de uma classe determinada, mas de toda a humanidade sofredora. Mais ainda, desde o próprio momento em que nasceu a burguesia, ela trouxe em suas entranhas sua própria antítese, uma vez que os capitalistas não podiam viver sem os operários assalariados. E na mesma proporção em que os mestres dos grêmios medievais se convertiam em burgueses modernos, os oficiais e aprendizes não agremiados se transformavam em proletários (ENGELS, 1979, p. 18).

A burguesia e os senhores feudais lutaram, historicamente, para a manutenção do poder e o controle da classe operária, com a naturalização de contradições da relação capital e trabalho e aceitação da miséria, já conceituada como questão social, sem que houvesse uma problematização e resistência em relação a essa forma de exploração evidenciada nesse processo de mudança.

A burguesia necessitava da força de trabalho dos operários para a produção de mercadoria, cuja venda era revertida em maior valor, gerando lucro e legitimando a concentração de riquezas em forma de propriedades privadas

Além disso, a burguesia, na idade média, com a resiliência “voluntária”³ da servidão, no decorrer dessas mudanças, foi eliminada à sujeição imposta pelos feudos de cuidar dos seus

1 “O camponês típico era um servo, que dedicava uma enorme parte da semana ao trabalho forçado na terra do senhor ou o equivalente em outras obrigações” (HOBBSAWM, 2017, p. 38).

2 A Peste Negra matou mais gente na Europa, no século XIV, do que a 1ª Guerra Mundial, com seus quatro anos de morticínio organizado, com máquinas, especialmente, fabricadas para isso (HUBERMAN, 1981, p. 47).

3 A aceitação voluntária da servidão é encontrada em toda a Idade Média e, na Alemanha, chega mesmo até a Guerra dos 30 Anos. Quando, na Prússia, depois das derrotas de 1806 e 1807, foi abolida a servidão e com ela a obrigação imposta ao nobre feudal de zelar pelos seus súditos, em casos de miséria, enfermidade ou velhice, dirigiram-se os camponeses ao rei para suplicar que os deixasse continuar como servos, pois, de outro modo, quem iria cuidar deles e ampará-los na miséria? O esquema dos dois homens encerra, pois, os germes de desigualdade e servidão, tanto quanto os de igualdade e cooperação. E como, além disso, devemos, a não ser que os condenemos a perecer, concebê-los como cabeças de família, verificamos que esse esquema contém, além do mais, a explicação da escravidão hereditária (ENGELS, 1979, p. 84).

servos. Para Engels (1979), a mutação das desigualdades da servidão é oposta como a igualdade da cooperação, dos proletários, para trabalhadores livres que têm uma herança hereditária na escravidão.

Com o declínio do feudalismo, o modo de vida da população rural vivenciou mudanças drásticas, com a ampliação de estabelecimento de fundamentos do respeito das relações sociais e do mundo, tendo no seu ápice a expansão do comércio e desenvolvimento das cidades, com o renascimento da cultura e da arte, e com as reformas protestantes, a expansão marítima e o desenvolvimento das ciências.

Para Huberman (1981), a sociedade feudal organizava-se em três classes: sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, sendo que o homem que trabalhava produzia para ambas as outras classes, a eclesiástica e a militar, os trabalhadores sofriam a exploração no processo de produção feudal. Nesse sistema, os trabalhadores não detinham os conhecimentos sobre os trabalhos, tal fato causava mortes, submissão e questões precárias para a sobrevivência.

Em conformidade com o pensamento de Marx (1991), podemos observar que

a exploração sofrida pelo trabalhador, transforma em mercadoria no processo de produção capitalista. Refere-se às excessivas mortes por acidentes de trabalho e por doenças decorrentes do trabalho; à exploração da mão de obra infantil e do trabalho das mulheres; às condições insalubres e desumanas que eram submetidos os trabalhadores; aos baixos salários; aos métodos de extração da mais-valia absoluta e relativa. O capitalismo, “mais do que qualquer outro modo de produção, esbanja seres humanos, desperdiça carne e sangue, dilapida nervos e cérebros (MARX 1991, p. 99).

Essa denúncia em Marx (1991) demonstra o processo de produção de mercadoria, com as enormes explorações da classe trabalhadora no cerne da questão social, advindas pela a exploração da classe burguesa em seu desenvolvimento e no processo de transformação da história.

Antecedente histórico da luta da classe operária para o desenvolvimento do cooperativismo

O trabalho e a produção fazem parte da humanidade como meio de produção e reprodução da vida. Esse processo sempre ocorreu de forma solidária e com ajuda mútua. Para Schneider (2012), cooperação é a maneira de ajuda mútua, ao longo do processo histórico da humanidade, e sempre esteve presente desde a idade antiga, média, moderna e contemporânea.

A cooperação tornou-se tese da filosofia como forma de pensar e agir na sociedade, com base em princípios humanitários. A prática de cooperação admite a conquista de desígnios que seja comum para a melhor maneira de convivência em modos de cooperação.

Para Engels (1979), a concepção histórica da história humana é um processo de desenvolvimento dialético. Na atualidade, como estratégia de vivência e sobrevivência, os agricultores sem-terra com pequenas propriedades tendem a desenvolver organizações produtivas familiares, na lógica de vários setores sociais e na lógica capitalista.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito,

pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

A agricultura, no sistema capitalista, se desenvolveu dentro da lógica do mercado, com o objetivo principal de gerar lucro e acumular riquezas. Essa lógica tende a persistir e somente pode ser mudada diante uma nova ordem societária. Para Marx (1974), essa nova ordem seria o socialismo.

Ainda conforme Marx e Engels (2008), os trabalhadores começaram a se organizar em associações como resistência à ordem burguesa. Lutaram juntos em defesa de seus direitos e instituíram organizações permanentes, de modo a se prepararem para a ocorrência de ondas causais de revoluções. Já como trabalhadores em um processo de divisão social do trabalho, a organização ocorreu em forma de sindicatos.

A organização da classe trabalhadora ocorreu como resistência ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista na sociedade moderna, que surgiu com o declínio do feudalismo, que não aboliu as contradições entre as classes, somente se colocou uma nova forma de opressão, permeada pelo imediatismo que afeta a população com a duplicidade das desigualdades.

Essas organizações não apresentaram uma solução em relação à exploração da classe trabalhadora, mas foi fator relevante na conquista de melhores condições de trabalhos e salários mais altos, redução nas jornadas de trabalho, dentre outros direitos. Essas organizações ocorreram por meio de sindicatos e associações dos trabalhadores, que têm como objetivo melhorar suas condições de trabalho.

Diante dessas manifestações de resistência à exploração do sistema capitalista, a classe operária teve como resposta a criação da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864, que exerceu papel importante sobre os trabalhadores na Europa. Sua composição de organização era pluralista com visões diferentes.

A primeira internacional era de composição pluralista. Há via de Marx e seus adeptos. Bakunin defendia o coletivismo, em oposição estatismo, como proposta de socialização. Proudhon, crítico e violento da propriedade privada e do Estado, como defensor da mesma, pregava a revolução social e não política e, ao mesmo tempo, procurava um compromisso entre a propriedade individual e coletiva; propunha, também, a criação de um “banco do povo” que oferecia empréstimo a taxas de juros ínfimas, e mantinha a ideia de haver concorrência entre as cooperativas autônomas e o pequeno comércio privado. Os adeptos foram recrutados mais entre os artesãos e no pequeno comércio do que entre o proletariado das grandes indústrias (TRAGTENBERG, 2006, p. 28).

No decorrer da AIT, as contradições entre os discursos teóricos foram acontecendo por diversos países da Europa, tendo como foco as organizações de trabalhadores, partidos políticos e cooperativas. Além disso, havia diversas correntes teóricas.

Associação Internacional dos Trabalhadores, que consistia em uma federação composta por diversas seções de países europeus, contando com várias organizações de trabalhadores, como partidos, sindicatos, cooperativas etc. Havia ainda uma grande diversidade de correntes do movimento operário, como republicanos blanquistas, democratas radicais, cartistas, marxistas, proudhonianos, cooperativistas e sindicalistas. Foi formado um Conselho Geral da AIT para poder coordenar

os trabalhos da Internacional. A liderança do Conselho Geral acabou ficando nas mãos de Karl Marx, que inclusive redigiu os Estatutos da AIT (SILVA, 2017, p. 56).

Além da AIT, ocorreu a participação dos operários nos congressos realizados, que tiveram a prioridade nos debates e direitos perpetuados entre homens, mulheres, crianças e adolescentes, que sofriam opressões vindos do capitalismo, tendo como objetivo a luta das reduções horas de trabalho e a opressão contra os desempregos.

A mensagem original da Associação Internacional dos Trabalhadores, redigida por Marx, marcou o início da Primeira Internacional como força atuante no cenário Europeu. Nos congressos realizados por ela, tiveram prioridade, nos debates, temas vinculados à luta pela a redução das horas de trabalho, a exploração do trabalho do menor e da mulher, à luta contra o desemprego e seus efeitos de trabalhadores. Discutiu-se, também, o papel dos sindicatos, das associações operárias na unificação das lutas dos trabalhadores e da cooperação internacional operária contra o capital, além do efeito da manutenção de exércitos permanentes sobre as formas de organização da classe operária. Ainda mais, o papel da mulher na sociedade capitalista, a reivindicação da liberdade de imprensa e de reunião, o problema da coletivização da terra e da indústria, o problema da educação e do acesso à escola pela classe trabalhadora (TRAGTENBERG, 2006, p. 31).

Essas lutas operárias exerceram papel relevante, no que tange à popularidade dos trabalhadores, pois Marx e seus adeptos tiveram papel significativo na primeira AIT, no objetivo de lutar contra o Estado moderno⁴, tendo como referência e influência dos trabalhadores, os teóricos do socialismo moderno e Comuna de Paris. Assim, o

Estado moderno – capitalista ou burguês – consolida-se com o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista e vai possuir diferentes formas, relacionadas também com a maneira como se manifestam essas relações sociais. Centralizado e burocrático, o Estado francês que se constitui após a revolução de 1789 sofrerá transformações, mas manterá no poder as classes possuidoras e terminará por consolidar a dominação da burguesia. Contra esse Estado e governo, a Comuna de Paris é feita. Ela terá reflexos tanto no movimento dos trabalhadores como na obra dos teóricos do socialismo científico, em um momento em que Marx ainda está em plena capacidade intelectual (VALLE, 2013, p. 17).

O estudo sobre os elementos estruturais e conjunturais busca elucidar as possibilidades compartilhadas entre homens e mulheres em todo o mundo contemporâneo. Para ele, conforme já mencionado, ser moderno é encontrar em um ambiente de aventura e crescimento, transformação de si e do mundo ao mesmo tempo. Marx (2013) explica que tudo que não é concreto se desmancha no ar. Já Coutinho (2010) revela que o efêmero objetiva o desenvolvimento capitalista.

A modernidade é permeada pelo imediatismo que afeta a população, com a duplicidade das desigualdades. O advento do processo de desenvolvimento do sistema capitalista, na sociedade moderna, que surgiu com o declínio do feudalismo, não aboliu as contradições entre as classes, somente se colocou uma nova forma de opressão.

4 O socialismo moderno não é mais que o reflexo deste conflito material na consciência, a sua projeção ideal de nas cabeças, a começar pelas da classe que sofre diretamente as consequências operárias (ENGELS, 1979, p. 56).

Essas iminências de lutas são contra o Estado moderno burguês e se concretizam com o aparato das relações sociais de produção capitalista de diferentes maneiras, exemplificando a burocracia, mas mudanças e manutenção da classe da burguesia no poder, sendo assim, a luta pauta-se contra o poderio do governo reacionário (VALLE, 2013, p. 17).

A segunda AIT (1889), ou Internacional Socialista e Operária, contava com a participação dos trabalhadores. Essa foi a sucessora da primeira, organizada pelos partidos socialistas que foram integrantes dessa base internacional socialista, empregada pelos princípios revolucionários e reformistas com a iniciativa de Engels (1889). Ela se constituiu com união de partidos social-democratas, sendo sua organização de maneira autônoma, imbricada pelas diversidades do pluralismo de disposição de lutar contra o governo moderno.

Tragtenberg (2006) considera que, no pluralismo dessa luta, há a urgência do predomínio do Partido Social-Democrata Alemão, inspirador da social-democracia mundial. Este foi apresentado como modelo de organização, disciplina, concentração, unidade de pensamento, ciência e consciência social que ela afeioa as suas finalidades político-sociais na união da democracia.

O Partido Social-Democrata (bolcheviques)⁵ foi uma resposta política dos trabalhadores às mudanças socioeconômicas naquele período. Estas foram caracterizadas pela expansão do movimento socialista, emergindo-se em partidos na Europa, com visibilidade nos Estados Unidos, com a multidão de trabalhadores nas indústrias e um número significativo dos sindicatos dos ramos de produção.

Segundo Tragtenberg (2006),

Os sindicatos sob influência da social-democracia, que tinham somente 50 mil membros em 1879, atingem 700 mil associados em 1900. As federações formam-se, agora, não mais através dos ofícios, mas por ramos industriais. Enquanto a Inglaterra o movimento sindicalista controlava a ação operária, na Alemanha deu-se o contrário, a social democracia é dirigida a atividade sindical em função da estratégia e tática do partido. Os projetos de socialização estavam vinculados à existência de partidos- democratas, cujo modelo era Partido Social alemão (TRAGTENBERG 2006, p. 37).

Nesse contexto, foram organizados os sindicatos por iniciativa de trabalhadores, que sentiram a fragilidade da luta quando esta era organizada de maneira individualizada, em cada ramo no trabalho industrial. Entretanto, os sindicatos representavam a tentativa de unicidade dos trabalhadores naquele período da história, que viveram uma imersão de mudança na dualidade da questão social.

A trajetória da social democracia colocava em discussão suas instituições, como o partido e sindicatos em uma ótica que pretendia libertar os trabalhadores da exploração econômica e da coerção política social. Porém, não foram discutidos os pontos que os trabalhadores estavam vivenciando e optaram por adotar a estrutura do Partido Social Democrata (bolcheviques), que surgiu na Terceira Internacional, ou Internacional Comunista, em conformidade com a terceira AIT, que foram discutidos com os militantes que assumissem a luta revolucionária pela profissão, tendo como base a disciplina para enfrentar os poderosos “inimigos”, como o governo, a burguesia e as burocracias das classes dominantes.

A terceira AIT se estabeleceu em uma internacional de dirigentes das lutas comuns e cotidianas do proletariado revolucionário e adotou a estrutura do partido bolchevique, sendo a maior conquista organizativa do movimento operário da época. Nesse período, a oposição

⁵ Depois de ter conquistado a maioria nos Soviéticos de Deputados Operários de ambas as capitais, os bolcheviques podem e devem tomar o poder do Estado em suas mãos. Podem, pois a maioria ativa dos elementos revolucionários do povo de ambas as capitais é suficiente para levar consigo as massas, vencer a resistência do inimigo, derrotá-lo, conquistar e manter o poder; podem, pois, ao propor no ato da paz democrática (LENIN, 2017, p. 249).

operária fez crítica à direção das fábricas onde havia a predominância do pensamento burguês, com a exploração da força de trabalho, de tal forma abusiva que provocava a morte prematura de trabalhadores, em especial, de mulheres, crianças e adolescentes.

Marx (1990) defende que a Terceira Internacional (IC) consistiu-se em um mecanismo de direção política, designado para elaborar, a partir de situações locais, uma estratégia e tática de organização singular para a luta proletária de classe operária nos diferentes países, com o espírito de solidariedade burguês. Em Valle (2013), a organização proposta por Marx e Engels é marcada não apenas por uma postura teórica, como por uma ação prática.

A combinação da teoria e da prática, de uma teoria revolucionária sobreposta a uma prática revolucionária, que tem por base o socialismo científico⁶, o estudo aprofundado sobre a organização social e sua crítica, isso tudo compõe a teoria marxista do partido, que não encerra em Marx. Nesse contexto, militantes russos, entre eles Trotsky e Lênin, continuaram a luta em prol da organização da classe trabalhadora.

Para Hobsbawm (1982), essa foi uma etapa marcada pela reanimação de amplas ações de massa nas agitações operárias, que correspondeu uma reativação da esquerda revolucionária, no interior dos movimentos marxistas quanto fora deles, sindicalismo revolucionário e crescente dimensões dos movimentos operários de massa organizados.

A luta e organização da classe trabalhadora durante os séculos XVIII e XIX

Este item apresenta breve trajetória sobre a luta e organização da classe trabalhadora durante os séculos XVIII e XIX, bem como a proximidade com o cooperativismo solidário.

Historicamente, a luta da classe trabalhadora ocorreu contra o processo de exploração do sistema capitalista e o avanço das desigualdades sociais, políticas e econômicas, geradas pelos interesses da burguesia. Essa luta de classe iniciou-se com a aliança da organização operária, junto aos movimentos sindicais durante o período da revolução industrial.

Para Marx (1991), o processo de trabalho no sistema capitalista teve como condição *sine qua non* a alienação das pessoas que vendiam sua força de trabalho. Isso decorreu tanto no processo de divisão social do trabalho, quando o trabalhador não dominava todo o processo de produção, como na contradição capital e trabalho, em que o trabalho é coletivo e a apropriação de seu produto é privada. O trabalhador não tem acesso ao produto do seu trabalho e nem recebe remuneração proporcional à sua produção.

Com o desenvolvimento capitalistas e a complexidade das instituições, ocorreram os avanços das desigualdades sociais, uma vez que as políticas econômicas em pauta foram geradas para atender os interesses da classe dominante. Portanto, a resistência dos trabalhadores, em relação à condição de exploração, poderia contribuir com a consciência e constituição da classe trabalhadora.

A organização dos trabalhadores somente poderia ser exitosa mediante a consciência da dicotomia entre os interesses das pessoas que vivem do próprio trabalho e os interesses da classe que vivem da exploração desse trabalho.

No decorrer do século XVIII, emergiu, na sociedade, uma mudança no processo de trabalho da classe operária, marcada por lutas antagônicas entre as classes dominadas e dominantes. Desse modo, a classe trabalhadora passou a reivindicar melhores salários, condições de trabalho e qualidade de vida.

O avanço do capitalismo pode ser mais percebido na Inglaterra. Diante disso, é nesse país em que ocorrem as mais profícuas organizações de resistência dos trabalhadores. Um exemplo disso é o movimento Ludista. Segundo Martins (2000), trata-se de um movimento em que os trabalhadores se uniam em manifestações,

Para destruir as máquinas, pois entendiam que eram elas

⁶ Marx, o seu grande mérito, um acontecimento que marca uma época. Ela veio iluminar domínios econômicos em que até aqui não só os socialistas como os economistas burgueses tateavam no meio das trevas mais espessas. Data dessa época, e em torno dela se agrupa, o socialismo científico (ENGELS, 1979, p. 180).

as causadoras da crise do trabalho. Com os novos métodos de produção, a agricultura também passou a empregar um número menor de pessoas, causando desemprego no campo. Inicia-se assim a substituição do trabalho manual pelo trabalho com o uso de máquinas. Havia necessidade de que as pessoas viessem, também, a operar as máquinas não só a vapor, mas as máquinas têxteis, o que fez surgir o trabalho assalariado. Daí nasce uma causa jurídica, pois os trabalhadores começaram a reunir-se, a associar-se, para reivindicar melhores condições de trabalho e de salários, diminuição das jornadas excessivas (os trabalhadores prestavam serviços por 12, 14 ou 16 horas diárias) e contra a exploração de menores e mulheres. Substituíam-se o trabalho adulto pelo das mulheres e menores, que trabalhavam mais horas, percebendo salários inferiores. A partir desse momento, surge uma liberdade na contratação das condições de trabalho. O Estado, por sua vez, deixa de ser abstencionista, para se tornar intervencionista, interferindo nas relações de trabalho (MARTINS, 2000, p. 172).

Para Netto e Braz (2012), quando a revolução industrial se consolidou na Inglaterra, surgiram as grandes manifestações de protestos dos operários ludistas no início do século XIX, os quais entendiam que o uso das máquinas era responsável pelos desempregos no campo e pela exaustiva jornada de trabalho entre crianças, jovens e mulheres.

Nos estudos de Branco (2006), o Ludista não tinha como objetivo a revolução do sistema capitalista, mas a reivindicação de acréscimos salariais e a eliminação do uso das máquinas industriais, geradoras do desemprego. Sendo assim, a classe operária, com o socialismo inglês, iniciou seu processo de organização em prol do sistema cooperativista.

As lutas contra os efeitos do sistema industrial são um longo e árduo processo de concretização da união operária. Grosso modo, elas se iniciam em 1817 com Robert Owen, considerado por muitos o pai do socialismo inglês, incentivador de organizações cooperativistas dos trabalhadores. A partir de 1819, leis fabris de proteção do trabalhador (1819, 1825 e 1831) são promulgadas a partir da ação de parlamentares envolvidos com o proletariado, embasada nos relatórios oficiais dos inspetores de fábrica. Elas são um pontapé inicial na luta institucional por reformas sociais (BRANCO, 2006, p. 58).

A resistência da classe trabalhadora passou a ser a maior preocupação das classes dominantes, motivadas pela nova conjuntura política de protestos, que entrou em cena para a reivindicação dos seus direitos.

No século XIX, surgiram os primeiros movimentos associativos, reflexo da consciência de classe, cujas primeiras greves foram fomentadas pela igreja católica, conquistando, a partir desses movimentos, o reconhecimento legal dos sindicatos. Sendo assim, a luta da classe trabalhadora criou base de ação coletiva de consciência de classe, como também, o antagonismo direito das relações sociais entre classe burguesa e proletária. Esse período foi marcado por grandes lutas e conquistas da classe operária.

No século XIX iniciou-se a intervenção legislativa, nasceram os primeiros movimentos associativos (reflexo da consciência coletiva), primeiras greves organizadas, o interesse participativo da Igreja Católica (que mais tarde se verificou como um interesse de caráter financeiro) e por fim o reconhecimento

legal dos sindicatos (evolução dos movimentos associativos) (RIVOIRO, 2007, p. 13).

Para Tragtenberg (2006), ainda no século XIX, as lutas operárias se apresentaram de forma bastante organizativa. Por meio de associações e greves, reagiram a exploração do trabalho protagonizada pela classe burguesa. Daí, destacou-se a importância que o movimento teve de se manter autônomo, obtendo subsídios no comparo com o Estado na dominação do sistema capitalista.

Foi um período conturbado, mas profícuo, diante da exploração acelerada, em que os trabalhadores buscam a união e surgem, assim, os primeiros movimentos associativos responsáveis pela organização das greves para a reivindicação de melhores condições de trabalhos e salários. Essas organizações e as manifestações contribuíram para a formação da consciência de classe, sobretudo, das lideranças condutoras dessas organizações.

A organização dos trabalhadores e a consciência sobre a exploração suscita o debate sobre a autogestão, em que os próprios trabalhadores unidos conseguem adquirir meios para produzirem sem a figura do patrão.

O processo de autogestão é o estado mais democrático e participativo de gestão, ocorre quando existe participação dos sujeitos nas atividades envolvidas do processo de trabalho, seja no âmbito de operacionalização das tarefas produtivas ou no de decisões, assim como quando existe, também, a acolhida e o respeito dos demais trabalhadores a essa participação. Constituem características dos empreendimentos autogestionários: a autonomia dos trabalhadores, a capacidade de organizar e comercializar a matéria-prima a participação dos sujeitos, entre outros (GOERCK, 2009, p. 56).

A autogestão comporta a contradição: se por um lado torna-se possível a “socialização” dos meios de produção e apropriação do produto pelos próprios trabalhadores, por outro lado, é uma alternativa endógena do sistema capitalista pois, embora fosse pertencente a um coletivo, os meios de produção ainda fazem parte da propriedade privada. Essa contradição, de certa forma, contribuiu para a reflexão, a consciência de classe e a organização. Assim, essa forma alternativa de produção abarca o campo econômico e político se contrapondo ao sistema capitalista. Isto é, a

Autogestão não é um objetivo da sociedade capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na forma livre-concorrencial, monopolista ou estatal. Ela significa que o proletariado e os assalariados em geral geram por si mesmos suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar novas formas de organização do trabalho. Em suma, que podem colocar em prática a “democracia operária (TRAGTENBERG, 2006, p. 13).

Portanto, a autogestão, ainda que insipiente, apareceu nas cooperativas solidárias por meio da organização dos trabalhadores como resistência à exploração da classe trabalhadora e tem a possibilidade de articular os saberes que é suscitar a consciência de classe. Os processos de autogestão coletiva são artifícios da classe trabalhadora que se plasma no cotidiano da produção associada e no movimento máximo de constituição de novas relações de convivência no âmbito da sociedade.

Indiscutivelmente, a auto-organização dos trabalhadores possibilita maior autonomia para lutar pelos seus interesses, no decorrer da crise estrutural do desemprego, as intenções

dos trabalhadores de revolucionar o trabalho e resolver as relações com sociedade capitalista de produção, sendo assim, eles se associam na produção ampliada e não na reprodução ampliada do capitalismo.

A realidade revela uma contradição: se por um lado em cooperativa os trabalhadores conseguem resistir e enfrentar o mercado de forma a atender seus interesses, por outro, a própria cooperativa é também um espaço de comercialização inserido no sistema capitalista. Trata-se, portanto, de uma alternativa possível para garantir a produção e condições dignas de sobrevivência às famílias da classe trabalhadora. A classe operária constrói uma tática de “esperança” diante da crise do trabalho assalariado, buscando se organizar em cooperativismo, que é

Processo de práticas associativistas, pelos quais os sujeitos aglutinam suas forças de produção e sua capacidade de consumo – além do capital social –, a fim de se desenvolverem econômica e socialmente, almejando a melhoria de suas rendas, assim como da sociedade. O Cooperativismo culmina num contexto de predomínio extremo de interesses privatistas sobre os sociais e os coletivos e se propõe a corrigir as injustiças sociais (PINHO, 1966b, p. 60).

O cooperativismo é um movimento que surge no bojo da luta da classe operária, na fase da revolução industrial, especificamente, nos países europeus, no processo de industrialização (Inglaterra e Alemanha). Para tanto, Rech (2000, p. 9) argumenta que, “a história oficial do cooperativismo registra o surgimento das primeiras cooperativas meados do século XVIII, especialmente, na Inglaterra e Alemanha. E atribui-se a primeira cooperativa formal de um grupo de trabalhadores”.

Pinho (1982) ainda conceitua que o cooperativismo é uma forma de associação de pessoas, que se reúnem para atender às necessidades de interesses comuns.

O Cooperativismo consiste, portanto, num processo de práticas associativistas, pelos quais os sujeitos aglutinam suas forças de produção e sua capacidade de consumo – além do capital social –, a fim de se desenvolverem econômica e socialmente, almejando a melhoria de suas rendas, assim como da sociedade. O Cooperativismo culmina num contexto de predomínio extremo de interesses privatistas sobre os sociais e os coletivos e se propõe a corrigir as injustiças sociais (PINHO, 1966b, p. 20).

Na abordagem desses autores, o conceito de cooperativas não pode abstrair da individualidade dos trabalhadores, pois sua gênese advém de esforços da coletividade com ajuda mútua da coloração dos operários, no seu centro cooperativista, enquanto possibilidades de resistências da exploração do capital, de tal maneira as cooperativas se concebiam para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores classe que detêm da força trabalho.

Ainda sobre o cooperativismo, Schneider (2003) conceitua que esse

novo modelo conceitual foi construído e aperfeiçoado na vivência concreta e inspirado nas orientações e doutrinas defendidas pelos “precursores do cooperativismo”, que situam desde meados do século XVIII até a fundação da cooperativa matriz de Rochdale, em 1884, na Inglaterra (SCHNEIDER, 2003, p. 34).

das realizações europeias do século XVIII, nas condições de trabalho precários de uma sociedade desigual da classe detentora dos meios produção e da força de trabalho que alimentava a revolução industrial. Ainda em Schneider (2003), neste contexto de afirmação extremada, do predomínio do interesse do capital privado sobre o coletivo e o comunitário, com todas as decorrências em termos de centralização de poder e renda, com o próprio capitalismo industrial nascente.

Nesse processo, considera-se que, desde o surgimento da revolução industrial, o movimento socialista buscou desenvolver soluções que puderam contrapor o sistema capitalista. A solução, naquele período, seria que a produção e sobras fossem distribuídos para os cooperados.

Desde a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX), uma parte do movimento socialista procurou desenvolver estratégias que subvertesse o sistema capitalista e propôs um modelo de produção em que as sobras, e não salários, fossem partilhadas pelo grupo, ou cooperados, não havendo assim expropriação da mais-valia por parte do empresário capitalista. Nessa perspectiva socialista, é possível uma forma de organização de trabalho não capitalista, utilizando o modelo de produção industrial e de economia de mercado (MORAIS *et al.* 2011, p. 3).

Esse foi um marco histórico, de contradições, desafios e possibilidades para o modelo de produção com a visão socialista, em contraposição ao sistema capitalista, que utilizava da mão obra da classe operaria para gerar lucro e mais-valia.

As primeiras discussões sobre o processo de organização do cooperativismo surgem em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, com apogeu na Revolução Industrial, a partir do século XVIII, pelos trabalhadores operários nas fábricas, sob condições precárias de trabalho.

Destaca-se que, nessa época, o capitalismo baseava-se no regime liberal, com métodos da produção e substituição do trabalho manual por processos de industrialização, como as máquinas movidas a vapor e divisão do processo de trabalho. Tal processo derivou-se de decorrências antagônicas, do avanço de “fortunas” e do surgimento de crises recorrentes de superprodução de mercadorias. Para Smith, teórico do liberalismo, o Estado não deveria interferir na economia pois o mercado era regulamentado por uma “mão invisível” que, com o aumento dos lucros e das riquezas, ocorria a promoção de um bem-estar. “Sua defesa era como mercado regulador das decisões econômicas de uma nação que traria muitos benefícios para a coletividade, independente da ação do Estado” (VASCONSELLOS; GARCIA, 2004, p. 19).

No entanto, nesse período, o sistema liberal e com as decisões do mercado não necessitava da intervenção do Estado nas decisões econômicas, buscando, assim, a liberdade para o mercador regulador das demandas da sociedade, com autonomia do princípio do liberalismo econômico com suas nuances, que pregavam a liberdade econômica.

Sobre esse tema, Cenci, Fischer e Bedin (2012) afirmam que

A principal característica do liberalismo é a defesa do Estado mínimo, ou seja, a ideia de que o Estado deve intervir o mínimo possível, deixando à “mão invisível do mercado” a regulamentação das relações econômicas. Daí advém o lema “*laissez-faire, monde va de lui-même*” (“deixei fazer, deixei passar, que o mundo caminha por si mesmo”) (CENCI; FISCHER; BEDIN, 2012, p. 80).

O Estado mínimo tende a equacionar as relações dos interesses da burguesia em detrimento da classe trabalhadora. Nesse arcabouço reducionista do Estado, a classe trabalhadora buscou alternativas para enfrentar as dificuldades daquele período histórico do século de XVIII, nessa premissa, com a Revolução Industrial, a partir da organização da classe trabalhadora, do desemprego

exacerbado, com baixas remunerações que assolavam os trabalhadores.

Como meio de contornar os efeitos nefastos do capitalismo liberal, em 1844, um grupo de 28 tecelões se reuniu em Rochdale, no bairro da cidade de Manchester, na Inglaterra, e criou a iniciativa de compra e venda de produtos destinados às suas necessidades básicas, incluindo alimentos.

Assim teve início a sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, conhecida como a primeira cooperativa da história.

Segundo Schneider (2012), entre

os fundadores das cooperativas, destacam-se os pioneiros de Rochdale como principal ponto de partida do cooperativismo moderno. Na localidade de Rochdale, Inglaterra, os 28 tecelões, a partir de uma situação de greve e de demissão em massa, em plena crise de desemprego dos anos [18]40, começam a esboçar, desde o final de 1843, o que em dezembro do ano seguinte se traduziria na cooperativa de consumo que, na sobriedade operária, surgiu pequena e modesta, e desenvolveu-se ininterruptamente até nossos dias. A transcendência de sua iniciativa tornou-se inquestionável. Em seus estatutos, pensados e definidos de forma coletiva e grupal ao longo de um ano, os 28 pioneiros codificaram os valores, princípios e métodos essenciais do cooperativismo, os aplicaram com perspicácia excepcional e os propagaram com êxito (SCHNEIDER, 2012, p. 6).

A iniciativa de implantação desse novo sistema econômico é fundada a partir da organização da sociedade, devido à crise de mudança no mundo do trabalho, que provocou também o êxodo rural. Isso resultou em inchaços e desempregos nos centros urbanos, em que tais trabalhadores não detinham a qualificação necessária para atender a demanda de trabalho nas fábricas.

Essa força de trabalho nova despreparada enfrenta durante um século, as mais cruéis e desumanas condições de vida. Oficialmente proibidos, nesse período, de organizarem em associações para a defesa dos seus interesses de trabalho, os operários são geralmente vítimas da mais desapiadada exploração. Era comum homens e mulheres, mesmo aquelas em estado de gravidez, trabalharem 14 a 15 horas por dia. Menores de idade realizavam serviços de adultos (SCHNEIDER, 2012, p. 34).

Sendo assim, trabalhadores vislumbraram a superação da exploração e do trabalho desumano, por meio da organização cooperativas que naquele período do século XVIII, se expandiam na Europa, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social, político e cultural às comunidades e nações de maneira equitativa e mostrou-se relevante em preservar suas características e princípios do trabalho coletivo. O êxito de Rochdale proporcionou uma grande expansão do cooperativismo, em sua forma moderna na Grã-bretanha. Em 1881, o número de associados das cooperativas que chegava a 547 mil; em 1900, já eram 1,707 milhões (CANÇADO, 1999 apud SINGER, 2002).

Com a expansão deste sistema, foi criado, em 1885, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), visando promover a discussão dos princípios do cooperativismo no mundo. Na égide de sua criação, houve diversas divergências, conforme assinala Cançado (2007).

A constituição da ACI foi realizada em meio a um intenso debate entre duas correntes. Ambas acreditam na transformação da

sociedade através do cooperativismo, porém com diferenças de percepção de como se daria esta mudança. A primeira corrente, representando o cooperativismo de produção industrial e o cooperativismo agrícola defendia o ponto de vista de que o processo de transformação da sociedade se daria através das cooperativas de produção e abolição do trabalho assalariado, com os trabalhadores participando dos excedentes. A outra corrente liderada pelas cooperativas de consumo acreditava que, as cooperativas de consumo iriam expandir-se e assumir progressivamente os setores produtivos industrial e agrícola, com empresas sob seu controle, porém esta corrente defende a utilização do trabalho assalariado e não a participação dos trabalhadores (CANÇADO, 1999 apud SCHNEIDER, 1999; SINGER, 2002).

O cooperativismo busca a transformação da sociedade e do modo de produzir as riquezas, mas, na contradição das correntes, uma defendia que os trabalhadores participassem dos excedentes dos trabalhos e abolição do trabalho assalariado, este grupo buscava a transformação da sociedade na autogestão³. A outra corrente defendia a utilização dos trabalhadores assalariados e que pudesse ter a participação dos trabalhadores no excedente.

Para Schneider (2003), no ano de 1896, as cooperativas contrárias à autogestão passam a fazer parte da ACI e lhe oferece o apoio técnico e financeiro, embora aceitando, a polêmica do excedente do trabalho continua. Este cenário se modificou com outras cooperativas inglesas que aderem ACI, tendo como corrente defensora dos trabalhos assalariados, de maneira hegemônica, que permanecem, hodiernamente, com o enfoque na coletividade.

No decorrer da luta a classe trabalhadora, no seu cotidiano, buscou-se a luta de classe por uma sociedade justa e igualitária, sem explorados e nem exploradores, sendo assim, este processo de luta buscou o viés da economia solidária, que se fundamentou em estratégias organizacionais e de autogestão com base nas pessoas, com relações de proximidade, dos cooperados na com base na vertente da economia solidária.

A Economia solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos os trabalhadores, que se associaram e praticaram modo de produção coletivamente. Sobre este tema, Singer (2000), afirma que

A Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A Economia Solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) como o princípio da socialização destes meios (SINGER, 2000, p. 13).

Sob esses argumentos, Schiochet (2012) elucida que a ES é um conceito utilizado para a definição de atividades econômicas, que se associara na prática da autogestão, pela igualdade de direitos dos trabalhadores de maneira democrática, para enfrentamento das expressões da questão social.

A ES, enquanto prática social de mudança da realidade para dar respostas à classe dos trabalhadores e das comunidades mais vulneráveis, em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho, vem ocasionando intensificação na acumulação capitalista, relacionando com a história da humanidade. Assim,

Na dimensão da prática social de mudança, o tema da economia solidária suscita várias controvérsias e indagações. A começar pelo próprio nome, pois existe uma diversidade de denominações para defini-la. No processo das organizações de economia popular destacam-se: as cooperativas populares, clubes de trocas, instituições de microcrédito/crédito solidário e outras formas de organizações que são estratégias de sobrevivência econômica frente ao desemprego e a precarização das relações formais (FERREIRA, 2014, p. 6).

Singer (2004) considera que a Economia Solidária é uma forma de organização econômica, que adotava os valores da democracia dentro do contexto econômico, prezando pelo trabalho coletivo, pela igualdade entre os membros, pela divisão do poder de decisão, pelos iguais direitos diante de decisões, pela fidelidade na representatividade do grupo, sendo a igualdade e a democracia elementos centrais deste novo movimento econômico.

Sob esses conceitos, é possível entender que a economia solidária e o cooperativismo tornam-se fundamentais para contribuir com a promoção e consolidação de mudanças socioeconômicas, ambientais e culturais, que são importante práxis o cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário.

Referências

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. Anpocs, Unicamp, Hucitec. Uma nova extensão para a agricultura familiar. **Anais**. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília - DF, 1997.

BRANCO, R. C. **A “questão social” na origem do capitalismo**: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels. Rio de Janeiro, 2006.

CENCI, A. R.; FISCHER, R. S.; BEDIN, G. L. Do liberalismo ao intervencionismo: o Estado como protagonista da (des) regulamentação econômica. **Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, v. 1, 2012.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a Miséria da Razão**. Ed. Expressão Popular. São Paulo. 1. ed. 1972 – Paz e Terra, 2010.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. Paz e Terra Rio de Janeiro, 1979.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**: filosofia, economia política, socialismo. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2. ed., 1979.

FERREIRA, L. A. **Representação cooperativista**: a UNICAFES como estratégia para o cooperativismo solidário da agricultura familiar e economia solidária. UFT, 2012.

FERREIRA, L. A. Serviço Social e Questão agrária: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social. **Dissertação**. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2015.

GOERCK, C. Programa de economia solidária em desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. **Tese**. Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

HARVEY, D.; HARVEY, D. **The urban experience**. Johns Hopkins University Press Baltimore, 1989.

HOBBSAWM, E. J. A contribuição de Karl Marx para a historiografia. In: BLACKBURN, R. **Ideologia na ciência social**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

MARTINS, S. P. Breve histórico a respeito do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 95, 2000.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro Terceiro: O processo global de produção capitalista. 6. ed. Civilização Brasileira, 1991. v. 4

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I - O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MORAES, A.C.R. **Geografia Pequenas História Crítica**. São Paulo: Annablume, 2003.

MORAIS, E. E.; LANZA, F.; SANTOS, L. M. L.; PELANDA, S. S. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 105, 2011.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. Categorias da (crítica da) Economia Política. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULO NETTO, J. Transformações societárias e Serviço Social; notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, 50, ano XVII. São Paulo: Cortez, 1996.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. São Paulo: Pioneira, 1966a.

RIVOIRO, M. V. Da cooperativa de trabalho e o desenvolvimento econômico-social no Brasil. **Dissertação**. Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília, 2007.

SCHNEIDER, J.O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. Editora Unisinos, 1999.

SCHNEIDER, J.O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 2, 2012.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003.

SINGER, P. **História**: Origens históricas da economia solidária. Paul Singer. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. SciELO-Editora UNESP, 2006.

VALLE, C. O. DO. A Comuna de Paris de 1871: Organização e Ação. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, 2013.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**, São Paulo: Saraiva, 2004.

Recebido em 31 de julho de 2022.
Aceito em 20 de setembro de 2022.